



XV SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO
A Cidade, o Urbano, o Humano Rio de Janeiro, 18 a 21 de setembro de 2018

LIMITES BORRADOS: A COMPLEXIDADE DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

IDEÁRIOS, URBANISMOS E PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

[BÁRBARA BRENA ROCHA DOS SANTOS | FAUFBA
RAFAELA LINO IZELI | FAUFBA]

RESUMO

Este artigo pretende exemplificar as múltiplas lógicas e interesses que se sobrepõem e complexificam a produção da cidade. Para isso, traz uma breve análise das importantes formas contemporâneas de atuação sobre o espaço urbano, como as ações de urbanismo tático e de coletivos ativistas, a fim de questionar a associação destes agentes à iniciativa privada e às dinâmicas de mercado, e problematizar a participação da sociedade civil na conformação da cidade. Procura discorrer sobre a implementação de dois projetos políticos de governo nos anos 1990, um de base democrática e outro de fundamento neoliberal, em que se observa uma crise discursiva e uma despolitização das práticas participativas. Espera-se investigar estes imbricamentos que configuram e alimentam o avanço neoliberal na disputa pelo lugar do Estado, buscando elucidar os vínculos e as práticas envolvidas na produção do espaço público.

PALAVRAS-CHAVE: Participação; Urbanismo tático; Coletivos ativistas.

BLURRED BOUNDARIES: THE COMPLEXITY OF PRODUCING PUBLIC SPACES IN CONTEMPORARY CITIES

ABSTRACT

This paper aims to demonstrate the variety of logics and interests that overlap, providing complexity to the city-making processes. To that end, it briefly analyses some relevant contemporary forms of acting upon the urban space, such as the practices of tactical urbanism and activist ensembles, in order to question the association of such agents with private entrepreneurships and market dynamics, and to inquire into the participation of the civilian society in shaping the city. By outlining the implementation of two political government programs in the 1990s — one with democratic fundamentals, and the other one with neoliberal fundamentals —, this paper remarks a crisis of discourse and the de-politicization of participatory practices in city-planning processes. The goal is to further investigate the interwoven aspects that constitute and feed into the neoliberal advancements in disputing over territories of the state, seeking to clarify the connections and practices involved in the production of public spaces.

KEYWORDS: Participatory practices; Tactical urbanism; Activist ensembles.

1. INTRODUÇÃO

Sempre existiram e sempre hão de surgir diferentes projetos de cidade e diferentes maneiras de viver o espaço urbano decorrentes das mais variadas perspectivas ideológicas e políticas de urbanização. As abordagens teóricas e os caminhos práticos traçados em processos históricos de planejamento e produção do espaço urbano variam, por exemplo, de acordo com as relações de poder e vínculos estabelecidos entre as esferas do Estado, da iniciativa privada e da sociedade civil.

Intenções distintas, plataformas de governo com audiências díspares, princípios e convicções divergentes são comuns ao processo de disputa pelo lugar do Estado. No entanto, os limites que nos fazem perceber a diferença entre projetos discordantes de governo nunca pareceram estar tão borrados. A sobreposição ou imbricamento entre lógicas de esferas diferentes, em que se observam os mais diversos agentes, métodos e discursos, conformam atualmente uma grande nebulosa de processos urbanos contemporâneos. Nebulosa, pela forma sem contornos definidos, mas também pela consistência volátil e turva que não permite enxergar com nitidez.

Apesar da imprecisão ser inerente à construção deste cenário, uma vez que esta névoa se reconfigura a todo momento e acontece no aqui e agora, o que se percebe com clareza assustadora é o uso de referências comuns na promoção de projetos de governo com objetivos opostos. Evelina Dagnino (2004) nos fala de uma crise discursiva pela qual estaríamos passando em que a homogeneidade no vocabulário e o uso de uma mesma linguagem corrente são capazes de obscurecer diferenças, diluir nuances e reduzir antagonismos.

Ademais, para além do uso de um mesmo discurso capaz de esconder intenções antagônicas, o que surpreende é a construção de vínculos entre ações de engajamento, que historicamente lutaram a favor de um projeto democrático e participativo de governo, e a lógica neoliberal de produção de cidade para poucos, que organiza suas ações em concordância com as tendências de mercado e com o possível lucro que elas podem vir a gerar.

Entende-se assim, como objetivo deste artigo, evidenciar a complexidade da produção do espaço na cidade contemporânea, através do imbricamento entre diferentes lógicas e projetos de construção e operação de cidade, sobretudo do espaço público. Para isso, visamos explicitar algumas camadas, faces e vínculos entre dois projetos políticos de governo que foram implementados nos anos 1990 e que se mostraram importantes para a compreensão da conjuntura atual: um de base democrática participativa e outro de fundamento neoliberal que não hesita em fazer uso da tática adversária como estratégia perversa de jogo.

Este ensaio é parte de duas pesquisas de mestrado em desenvolvimento por membros do Laboratório Urbano, no programa de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, e dialoga diretamente com as discussões que vêm sendo pautadas na pesquisa Cronologia do Pensamento Urbanístico, no âmbito da Participação. Contribui para reflexão do campo uma vez que,

ambiciona a exemplificação de algumas dinâmicas ditas participativas que se sobrepõem, intercalam e conectam para conformar tal nebulosa de processos. Tais dinâmicas, como a construção de cidade pela atuação de coletivos ativistas em espaços públicos urbanos e a consolidação das ações de urbanismo tático como tendência de urbanização, muitas vezes associadas à iniciativa privada, carregam consigo a lógica do mercado e contribuem para o avanço neoliberal na disputa pelo lugar do Estado.

Como exemplo desta complexidade, o Parque Minhocão, aprovado pela lei n. 16.833, de 7 de fevereiro de 2018 pelo atual prefeito da cidade de São Paulo, João Dória, torna-se um elemento importante neste avanço neoliberal na capital paulista. Construído na década de 70 pela gestão de Paulo Maluf, o viaduto teve seu trânsito de veículos interdito no período noturno apenas em 1989 na gestão da ex-prefeita Luiza Erundina, como uma medida para reduzir a quantidade de acidentes no local e diminuir o ruído causado aos moradores do entorno. Posteriormente, passou a ser bloqueado durante todo o dia aos domingos e, logo após a aprovação da lei acima referida, também aos sábados.

A transformação deste espaço tem levantado controvérsias e soma interesses distintos. Por um lado, é proveniente, em parte, de mobilizações de coletivos ativistas e organizações não governamentais, em especial o movimento de mesmo nome, Parque Minhocão, que em sua página nas redes sociais diz priorizar a qualidade de vida dos moradores e vizinhos ao Elevado, com o intuito de incentivar e oficializar a implementação do Parque. Faz parte de suas ações a participação nas audiências públicas organizadas pela prefeitura municipal, a promoção de mesas de debates, além de intervenções artísticas, atividades lúdicas, feiras e eventos diversos.

Por outro lado, tal transformação também é foco de atenção de novos empreendimentos imobiliários¹ que surgem nos bairros próximos ao viaduto, aproveitando da especulação sobre a implantação do Parque para atrair moradores e investidores outros. Importante pontuar que, esta simples especulação sobre a possibilidade de intervenção no Minhocão já foi responsável por elevar em pouco tempo os aluguéis do seu entorno (ROLNIK, 2014) e provocar mudanças perceptíveis no comércio e nos usuários da região.

Entretanto, tais ações relacionadas à produção de cidade que a princípio podem parecer distintas, não estão desvinculadas e trabalham muitas vezes em conjunto. Exemplo deste imbricamento pode ser observado recentemente nos empreendimentos da construtora Bem Viver Centro, detentora de algumas unidades em execução pelo entorno do Minhocão. Mais especificamente, o terreno destinado ao edifício de nome Bem Viver Vila Buarque, em momentos antes ao início da sua construção, foi reservado ao coletivo Parque Minhocão para que juntos, coletivo e construtora, organizassem um espaço de exposição e de encontro, que servisse tanto para divulgar o Parque quanto para atrair olhares de possíveis compradores dos novos imóveis a venda.

¹ Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/sobretudo/morar/2017/09/1921062-novos-empreendimentos-fazem-as-pazes-com-o-minhocao.shtml>> Acesso em 24 de fev. 2018.

O espaço que contava com horta coletiva, espaços de socialização com mobiliários efêmeros, exibição de documentários, exposição de fotos e promoção de mesas de debates sobre a implantação do Parque, se propunha aparentemente ser um local aberto de discussão e de fruição. No entanto, mantinha como principal provedor uma empreendedora bastante ativa na reconfiguração da região, com interesses especialmente econômicos, em que a transformação do Elevado era extremamente interessante para elevar os valores das unidades de apartamento e alterar o perfil dos moradores do bairro.

Ainda, se observarmos as intenções do poder público para tal área, os interesses e as forças atuantes que se acumulam sobre o espaço, sobressaltam. A aprovação do Parque pela atual administração está diretamente relacionada ao programa da prefeitura da cidade de São Paulo denominado “Cidade Linda”, em que o Arquiteto Jaime Lerner, ex-prefeito da cidade de Curitiba, foi contratado para intervir sobre o centro de São Paulo e transformar o espaço do Minhocão aos moldes do projeto do *High Line* de Nova York².

Considerado como um exemplo bem-sucedido quando analisado pela dimensão da intervenção na paisagem, o “êxito” do projeto nova-iorquino costuma ser difundido sem que os impactos sociais e econômicos consequentes de sua implantação sejam de fato levados em consideração. O que se pode notar hoje ao seu redor é uma proliferação de empreendimentos residenciais e comerciais de alto padrão e o fechamento dos estabelecimentos e comércios populares, expulsando os antigos moradores (ROLNIK, 2015).

Em face desta sobreposição de interesses atuantes na cidade contemporânea, torna-se importante compreender as formas de produção do espaço que vêm sendo difundidas, colocadas muitas vezes como formas participativas e alternativas à produção hegemônica, e, sobretudo, os novos agentes que vêm contribuindo para esta complexificação e imbricamento entre o papel desempenhado pela sociedade civil, pelo poder público e pelas lógicas de mercado.

2. AÇÃO E (DES)POLITIZAÇÃO | URBANISMO TÁTICO E COLETIVOS ATIVISTAS

Reproduzida, divulgada e por vezes comemorada, a falência dos projetos estatais de urbanização brinda o engajamento dos coletivos ativistas, arquitetos, urbanistas e designers dispostos a representarem a sociedade civil em reclames pontuais pelo direito à cidade através da organização, realização e manutenção de ações e intervenções no espaço público. Tais práticas urbanas de abordagem voluntária, em colaboração com o Estado e/ou a iniciativa privada, realizadas em curto prazo e geralmente mobilizadas de “baixo para cima” são assumidamente associadas a chancela do urbanismo tático.

Celebrado como potente alternativa ao planejamento urbano moderno, o urbanismo tático surge associado a um contexto de crise de governança e das possibilidades e potencialidades que emergem das tentativas

² Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/06/1894980-doria-estuda-minhocao-com-parque-e-praia-como-pilar-para-revitalizacao.shtml>> Acesso em 09 de dez. 2017.

por parte de indivíduos e grupos sociais em encontrar formas de construir uma vida decente em um ambiente decente de vida (HARVEY, 2015).

Dentre as recentes reflexões e formulações interpretativas acerca do tema, aquelas que partem em defesa e afirmação do conceito constroem argumentos por meio dos ideais de descentralização; maleabilidade e abertura; participação popular e reapropriação do espaço público, e costumam convencer através da crítica à burocracia e ineficiência dos modelos de gestão pública.

*Parklets*³; hortas urbanas; intervenções artísticas em ruas e calçadas; *food trucks*⁴; cadeiras e sombreiros de praia no asfalto; faixas de pedestres improvisadas; mobiliários urbanos de pallet e ruas abertas aos pedestres são alguns exemplos do ilimitado espectro de ações colaborativas de atuação no espaço público e de produção de cidade vinculadas ao urbanismo tático.

Apesar do discurso elogioso, a série de quatro publicações coordenadas pelos urbanistas americanos Mike Lydon e Antony Garcia - *Tactical Urbanism: Short-term Action for Long-term Change* [Urbanismo tático: ação a curto-prazo para mudança a longo-prazo] (2011; 2012; 2013; 2014) promoveu a difusão do urbanismo tático através da exposição de experiências nos Estados Unidos, América Latina, Austrália e Nova Zelândia, e constitui um importante meio de divulgação e consolidação da lógica do “faça-você-mesmo”. Apadrinhados por Andrés Duany, arquiteto e urbanista americano fundador do Congresso do Novo Urbanismo e ex-chefe de Lydon, os *tacticians* conduziram o urbanismo XS (*Extra Small*)⁵ em uma rápida ascensão à tendência de urbanização global.

Em 2015, o Museu de Arte Moderna de Nova Iorque (MoMA) exibiu a exposição *Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities* [Crescimento desigual: urbanismo tático para megacidades em expansão], abrindo espaço para a tendente presença de discussões acerca do urbanismo tático em eventos e exposições internacionais⁶. O catálogo da exposição, organizado pelo curador do MoMA, Pedro Gadanho, conta com artigos de arquitetos e críticos de renome, a exemplo de Saskia Sassen, David Harvey e Ted Cruz, e contribuiu para a consolidação do urbanismo tático como assunto recorrente nas discussões de urbanização e produção de espaço na cidade contemporânea.

Dando seguimento às reflexões construídas a partir da *Uneven Growth* e disponibilizadas pelo MoMa na página da mostra, o professor de Teoria Urbana na *Harvard Graduate School of Design* (GSD), Neil Brenner, explicita uma série de contradições no discurso e nas ações alternativas dos projetos urbanísticos apresentados na exposição. “À medida que a busca por novas abordagens para reorganizar nosso futuro

³ “*Parklet* é uma extensão temporária da calçada e constitui uma intervenção física no sistema viário, utilizando para isto uma área anteriormente ocupada por veículos estacionados”. Definição retirada do caderno de Políticas de Incentivo *Parklets Municipais* da Prefeitura de São Paulo, 2015.

⁴ *Food truck* ou “carro de comida” é um espaço móvel que transporta e vende comida. A sua popularização, se deu quando os caminhões passaram a servir comida *gourmet*.

⁵ Em referência a formulação de Rem Koolhaas - S, M, L e XL - no livro homônimo de 1995, acerca das categorias de urbanismo do século vinte e um.

⁶ Das quais podemos destacar também o pavilhão dos Estados Unidos na Bienal Internacional de Arquitetura de Veneza de 2012 com a mostra intitulada *Spontaneous Interventions: Design Actions for the Common Good*. A exposição exibiu 124 projetos, sendo a maioria deles informais e espontâneos.

urbano planetário coletivo ganha urgência crescente, esses discursos amplamente afirmativos em torno de um urbanismo tático exigem um exame crítico” (BRENNER, 2016).

O professor centra sua crítica na noção construída pelos comentaristas envolvidos na referida mostra, que apresenta as ações do urbanismo tático como alternativa aos paradigmas modernista-estatista e neoliberal de intervenção urbana. A justificativa apresentada nos comentários faz uso do selo da participação democrática como legitimador do brilhantismo de intervenções bem-intencionadas em defesa da coesão social, e aplaude a espontaneidade de ações supostamente não programadas e construídas “de baixo pra cima”. No entanto, “não se pode simplesmente presumir que, por causa de suas lógicas operacionais ou orientações político-normativas, as intervenções táticas vão de fato contra-atacar o urbanismo neoliberal” (BRENNER, 2016).

Em alguns casos, os tipos de urbanismos táticos parecem mais propensos a reforçar os urbanismos neoliberais, aliviando-os temporariamente, ou talvez simplesmente deslocando alguns de seus efeitos sociais e espaciais perturbadores, mas sem interromper os regimes básicos associados a um desenvolvimento urbano – tudo isto sem desafiar a confiança fundacional das instituições governamentais que sustentam o projeto neoliberal (BRENNER, 2016).

Ao assumir a diminuição do papel das instituições públicas e ao aliviar algumas falhas de governança o urbanismo tático internaliza e acaba reforçando uma agenda neoliberal, contribuindo para o seu enraizamento e consolidação. Surge e atua em espaços de neutralidade, que não são nem funcionais nem perturbadores ao projeto neoliberal, e coexiste, por vezes, sem questionar a que tipo de relações e posicionamentos políticos suas ações alimentam.

A municipalidade, por sua vez, encontra no urbanismo tático uma estratégia de redução de gastos e de repasse da responsabilidade pública à sociedade civil e ao mercado. Logo, grandes empresas e corporações abraçam a oportunidade de se disfarçar de pequeno e de se aproximar ainda mais do cotidiano dos consumidores. Em um movimento de produção de certas maneiras de se relacionar e de criar subjetividades, o neoliberalismo intenciona a naturalização de uma norma de vida que mina a lógica das instituições e coloca em disputa o lugar do Estado (DARDOT, LAVAL, 2016).

É curioso observar que a “tática” que dá nome a tais ações e intervenções urbanísticas, naturais a um ambiente de disputa entre lógicas institucionais e mercadológicas, faça referência direta à tática de Michel de Certeau. Ao contrário da estratégia, desenhada pelo filósofo e historiador francês como um gráfico que o olho pode dominar, a tática se ilustra na astúcia e “sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, o ato de aproveitar a ‘ocasião’” (DE CERTEAU, 1990). A tática é a vitória do “fraco” sobre o mais “forte”, é o escape ao sistema, ao passo que a força da estratégia se faz no poder que a sustenta, guardado pelo lugar próprio ou da instituição.

O esforço por desenhar ou acessar camadas outras na atuação dos coletivos ativistas e na produção de urbanismo tático nos espaços públicos objetiva limpar a vista ou pelo menos organizar as inúmeras imagens construídas por meio de um compartilhamento de referências adversas. Apesar do cenário

nebuloso, também decorrente da simultaneidade entre o lançar dos dados e a consciência do estado de jogo, fazer da tática uma estratégia parece ser uma forma de avançar na disputa.

Neste contexto, considerados relevantes agentes na produção e popularização do urbanismo tático na cidade contemporânea, e por representarem uma possibilidade potente de participação da sociedade civil, os coletivos ativistas contribuem para a convergência de forças distintas sobre o espaço urbano. Apresentam um exponencial crescimento no início do século XXI, trazendo como principal característica a complexidade nas suas formações e nas relações que estabelecem, e, por isso, tornando-se difícil uma definição que os compreenda de forma totalizante. Assim, Gohn irá ressaltar:

Novos movimentos sociais foram criados em um leque de frentes de difícil separação entre o que é movimento social, o que é ONG, o que é uma instituição formal que apenas se articula com uma rede de movimento social e, ainda, o que é ação do poder público estatal, governamental, geradora de redes de sociabilidade que se autodenominam movimento social (GOHN, 2008).

Entretanto, sabe-se que tais coletivos se diferenciam dos movimentos sociais das décadas de 70 e 80. Estes se caracterizaram sobretudo como movimentos de grandes mobilizações e protestos, frente ao período de ditadura militar que se havia estabelecido, e de luta pela participação democrática e pelos direitos sociais e humanos quando da elaboração da Constituição de 88. No entanto, as mudanças políticas e econômicas que pautaram os anos 1990, alteraram a organização e a dinâmicas destes agentes, trazendo importantes pontos para entendermos a conjuntura atual da participação dos chamados coletivos ativistas.

A volta das eleições diretas e a ampliação dos processos de democratização colocaram a necessidade dos movimentos sociais em ocupar cargos no plano institucional e governamental. Ainda, a política neoliberal implementada e as crises econômicas fizeram com que tais movimentos precisassem se reorganizar e rearticular interna e externamente, associando-se ao mercado e deixando o foco das mobilizações, o que possibilitou a emergência de novos atores como as ONGs e as entidades do Terceiro Setor (GOHN, 2008).

A palavra de ordem destes projetos e programas passaram a ser: ser propositivo e não apenas reivindicativo, ser ativo e não apenas um passivo reivindicante. Muitos movimentos sociais se transformaram em ONGs ou se incorporaram às ONGs que já os apoiavam. A atuação por projetos exige resultados e tem prazos. Criou-se uma nova gramática onde mobilizar deixou de ser para o desenvolvimento de uma consciência crítica ou para protestar nas ruas. Mobilizar passou a ser sinônimo de arregimentar e organizar a população para participar de programas e projetos sociais. O militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais (GOHN, 2013).

O surgimento dessas outras “redes associativas” e as mudanças nas políticas sociais a favor de um Estado mínimo, levaram a uma transferência da responsabilidade e atuação estatal para o setor privado representado pelas ONGs de Terceiro Setor, tornando-se assim organizações sem fins lucrativos a serviço do poder público. Tais entidades se caracterizaram por não possuírem um perfil ideológico definido, defendendo as políticas de parceria entre setor público e privado e incorporando dinâmicas de mercado em benefício, sobretudo, da sua eficiência e produtividade (GOHN, 2013).

No entanto, é necessário pontuar aqui a complexidade e heterogeneidade destas organizações, que algumas vezes foram ignoradas. Não podemos deixar de considerar que a atuação, a natureza e a proposta política das ONGs são diversas e implicam em modos de ação e resultados também diferenciados (GORDILHO, 98).

Esta diversidade é característica fundamental dos muitos coletivos ativistas atuantes hoje, frutos deste cenário heterogêneo em que os meios de organização em redes e o uso do ativismo digital contribuem para os mais distintos alcances e resultados. Para Scherer-Warren (2013), são estas redes que definem o caráter horizontal sem liderança formal, pluriorganizacional, multi-identitários e de práticas mobilizatórias mais amplas destes agentes. Ainda, Castells (2013) irá enfatizar a atuação destes novos movimentos em um híbrido de espaço *online* e *offline*, entre cibernética e espaço urbano, o que ele denomina de espaço de autonomia.

Para o sociólogo espanhol, a continuidade das mobilizações no espaço da internet elimina as fronteiras estritamente definidas, aumentando as chances de participação nos movimentos e descentralizando as estruturas de organização. Porém, sabe-se que o próprio meio digital, sobretudo as redes sociais pelas quais muitos coletivos se apoiam e usam como ferramenta de divulgação e atuação, possuem diversos dispositivos capazes de limitar o alcance destas mobilizações, o que nos faz questionar se a participação ampla e democrática é de fato garantida.

Tais aproximações nos fazem esboçar aqui as inúmeras possibilidades de definições e articulações destes novos movimentos, dificultando novamente a sua completa compreensão. Entretanto, não nos interessa ressaltar apenas as suas amplas características e os meios de mobilização, mas também problematizar o papel da participação da sociedade civil na produção do espaço contemporâneo e discorrer sobre as formas de intervenção pelas quais esta atuação vem se desdobrando na cidade.

Dagnino (2004), trará uma análise da dimensão da participação neste momento de passagem dos movimentos de disputa e lutas sociais para as práticas associadas ao mercado e de ação conjunta com o Estado, em um contexto de mudanças políticas e econômicas nacionais. Ela utiliza o termo “confluência perversa” para caracterizar um período em que, por um lado, vivencia um processo de alargamento da democracia e da “participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados com as questões e políticas públicas” (Teixeira, Dagnino e Silva, 2002) quando da elaboração da Constituição de 88 após a queda da ditadura militar; e por outro, aposta na implementação de uma política neoliberal com a eleição de Fernando Collor em 1989, com a proposta de um Estado mínimo transferindo para a sociedade as responsabilidades estatais.

Para a professora da Universidade de Campinas, a perversidade comum a estes dois projetos políticos antagônicos estaria justamente em, assumindo direções opostas, terem como fundamental propulsor uma “sociedade ativa e propositiva”. Tal definição se alinha fortemente com o pensamento de Gohn apresentado acima, sobretudo ao caracterizar a passagem do cidadão reivindicante ao propositivo, do militante ao ativista organizador.

Entretanto, Dagnino irá ressaltar que “essa identidade de propósitos, no que toca a participação da sociedade civil, é evidentemente aparente”, e relacionar esta aparência solidamente construída com uma crise discursiva em que estes distintos projetos homogeneizam termos como participação, sociedade civil, cidadania e democracia, obscurecendo as suas diferenças. É justamente nestes deslocamentos semânticos que se avançam as lógicas neoliberais e se tensiona a participação democrática no país nos anos 1990.

Desdobrando tais deslocamentos de sentido produzidos pelo projeto neoliberal, Dagnino irá discorrer sobre a redefinição dos termos sociedade civil, participação e cidadania. Sem nos estender, mas com o intuito de compreender e problematizar aqui a questão da despolitização da participação, torna-se importante ao menos pontuar essas três dimensões construídas pela autora.

No caso da sociedade civil, para Dagnino a redefinição está relacionada ao crescimento acelerado das ONGs, a emergência do Terceiro Setor e a marginalização dos movimentos sociais. A relação entre Estado e ONGs é um exemplo claro desta confluência perversa, em que, vistas como fortes interlocutoras e construtoras de representatividade local em diversos setores sociais, o Estado transfere suas responsabilidades para estes novos parceiros, contratando-as como prestadoras de serviço.

Já no âmbito do deslocamento da participação, sua resignificação emerge do que a autora chama de “participação solidária” e ênfase no trabalho voluntário. Passa-se a adotar uma perspectiva individualista que se apoia na dimensão privada da moral, sem o seu devido significado político.

Além disso, este princípio tem demonstrado sua efetividade em redefinir um outro elemento crucial no projeto participativo, promovendo a despolitização da participação: na medida em que essas novas definições dispensam os espaços públicos onde o debate dos próprios objetivos da participação pode ter lugar, o seu significado político e potencial democratizante é substituído por formas estritamente individualizadas de tratar questões tais como a desigualdade social e a pobreza (DAGNINO, 2004).

Por fim, a redefinição da noção de cidadania reduz o significado anteriormente empreendido pelos movimentos sociais, de constituição de um sujeito social ativo participante na construção e luta pelos seus direitos, a uma noção individualista e relacionada ao mercado, em que “tornar-se cidadão passa a significar a integração individual ao mercado, como consumidor e como produtor”. Assim, ser cidadão está relacionado cada vez mais com uma “mera caridade”, tornando-se o “*hobby* favorito da classe média brasileira”.

Estas abordagens trazidas até então são fundamentais para compreendermos o encolhimento das responsabilidades estatais no projeto neoliberal e a noção de despolitização da participação democrática da sociedade civil que queremos enfatizar em determinadas ações de produção do espaço urbano hoje.

3. SOBREPOSIÇÕES NA PRÁTICA | OS *PARKLETS* E A PAULISTA ABERTA

Para elucidar melhor as sobreposições de interesses que complexificam e dificultam a definição do lugar de cada parte envolvida na reconfiguração da cidade, alguns exemplos podem ser mobilizados, como a implantação dos *parklets* e a abertura da Avenida Paulista aos pedestres na cidade de São Paulo.

Idealizados em São Francisco, nos Estados Unidos, os *parklets* foram trazidos a São Paulo por uma organização sem fins lucrativos, o Instituto Mobilidade Verde, que se auto afirma como propulsora de atividades que coloquem as pessoas em contato com o meio ambiente e com as suas comunidades. Conforme relatam em suas páginas nas redes sociais, os *parklets* surgem com o objetivo de atender para a necessidade de mais espaços públicos de qualidade e “estimular a discussão das cidades para as pessoas”⁷. Construídos em conjunto com a iniciativa privada, os primeiros protótipos foram instalados exclusivamente em áreas de classe média alta e vinculados a espaços comerciais nobres da capital paulista.

Em pouco tempo tornaram-se política pública e a gestão do ex-prefeito Fernando Haddad passou a regulamentá-los através do Decreto Municipal n. 55.045/14. Também foi lançado pela prefeitura um “Manual operacional para implantar um *parklet* em São Paulo”, a fim de estabelecer diretrizes para o projeto, a construção, a sinalização dos equipamentos e as formas de viabilização. Por um lado, é importante ressaltar que neste documento, dentre outras recomendações, é colocado como obrigação do proponente a garantia do caráter público do *parklet*, ficando vedada, em qualquer hipótese, a utilização exclusiva por seu mantenedor. Além disso, é enfatizada a importância de um diálogo com a comunidade do entorno antes de qualquer intervenção, almejando estimular processos participativos e a promoção da convivência na rua.

Por outro lado, o mesmo Manual indicava como público alvo especialmente a iniciativa privada, colocando como único responsável pela instalação e manutenção dos *parklets* o proponente, e inclusive trazendo estatísticas de como a instalação destes equipamentos junto a um estabelecimento comercial poderia aumentar expressivamente as vendas e o movimento local. Cabe pontuar que, em entrevista ao site da Veja⁸, Lincoln Paiva, presidente da ONG Mobilidade Verde e considerado pela revista “o embaixador dos *parklets* no Brasil”, afirma que a média de custo de um *parklet* pode chegar a 80 mil reais, o que nos esclarece a necessidade de retorno do investimento empreendido pelos comerciantes e, por isso, os resultados e as práticas de uso adotadas.

Por este motivo, a localização dos *parklets* em geral ficaram nas áreas centrais, de maior visibilidade e poder aquisitivo do município, estritamente vinculada aos estabelecimentos comerciais, sobretudo restaurantes, passando a servir estes comércios como uma extensão do espaço privado⁹. Muitos

⁷ Trecho retirado da rede social *Parklet* - Zona Verde.

⁸ Disponível em <<https://veja.abril.com.br/blog/cidades-sem-fronteiras/desvendando-os-parklets-como-surgiram-quem-paga-a-conta-e-as-funcoes-que-podem-ganhar-num-futuro-proximo/>> Acesso em 02 de mar. de 2018.

⁹ Disponível em <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,restaurantes-transformam-parklets-em-puxadinho-para-uso-de-clientes,1712921>> Acesso em 25 de fev. 2018.

comerciantes ampliaram o atendimento dos seus clientes ao que deveria ser de uso público, monopolizando o espaço dos equipamentos e impedindo o acesso por todos.

Outro exemplo deste imbricamento de múltiplos interesses que nos mostram possibilidades e limitações foi a abertura da Avenida Paulista aos pedestres nos domingos e feriados. A iniciativa fez parte e foi propulsora de um programa municipal implantado em 2015 na cidade de São Paulo, denominado Ruas Abertas, e que teve no processo de implementação a atuação conjunta entre coletivos ativistas e o poder público.

Inspirado em ações semelhantes realizadas na Cidade do México, o coletivo Sampapé vinha, desde 2014, buscando interlocução com a prefeitura a fim de trazer o mesmo modelo para São Paulo. Entretanto, o primeiro teste, que permitiu a interrupção do fluxo de veículos na via para usufruto dos pedestres, somente foi realizado em junho do ano seguinte, justificado pela necessidade de segurança à grande quantidade de ciclistas e usuários que estariam presentes no momento da inauguração das faixas de ciclovia da Avenida.

A partir desta primeira ação e nos domingos seguintes, outros coletivos se uniram e iniciaram atividades no espaço, mesmo que ainda sem a restrição de veículos alcançada. A intenção destes agentes era levar às calçadas circundantes atividades lúdicas, exposições, *picnics*, e promover pesquisas de satisfação¹⁰ e espaços de discussão sobre a possível iniciativa de abertura da via aos pedestres. Foram quatro meses entre este primeiro teste e a definitiva implantação da Paulista Aberta, porém não demorou para que a proposta fosse consolidada e a Avenida tivesse uma grande visibilidade, tornando-se um novo espaço de lazer na capital paulista.

Questionada pelo Ministério Público sobre a necessidade de oferta de espaços semelhantes também nas demais regiões da cidade, a prefeitura se dedicou à transformação da ação em uma política pública que objetivava a abertura de vias aos pedestres em todas as subprefeituras do município. Assim, a iniciativa tornou-se um programa municipal, instituído posteriormente pelo Decreto n. 57.086/2016 e pela Portaria n. 226/2016. Cabe ressaltar que esta Portaria, “considerando a necessidade de fortalecimento local do Programa Ruas Abertas” constituía um “comitê de acompanhamento” formado pelos coletivos Minha Sampa, Sampapé, Bike Anjo e Cidade Ativa, a fim de “apoiar a prefeitura no aprimoramento do Programa”.

Como parte deste apoio ao programa, os coletivos ativistas ficaram encarregados em reproduzir a mesma dinâmica de “sucesso” alcançada na Avenida Paulista às demais ruas participantes, mobilizando os moradores locais e mediando os conflitos. Até então, uma proposta intitulada “Seja um Zelador” circulava pela internet para que pessoas interessadas pudessem se inscrever e enviar notificações e atualizações da condição das ruas aos coletivos. É importante ressaltar que esta proposta, apesar de estar vinculada a um programa público, foi totalmente idealizada e implementada por estas organizações, o que pode

¹⁰ Pesquisa Paulista Aberta elaborada pelo coletivo Cidade Ativa. Disponível em <https://issuu.com/cidadeativa/docs/150821_ca_relatorio_paulistaaberta> Acesso em 05 de jan. 2018.

demonstrar uma possível abstenção e total transferência da manutenção do projeto das mãos do poder público para a sociedade civil.

Ainda, se almejarmos elucidar estes múltiplos agentes envolvidos nas ações e na conjuntura atual do espaço, precisamos nos atentar para um aumento da adesão ao programa pelas instituições localizadas no entorno da Paulista, na medida em que esta ocupação começou a mostrar possibilidades atrativas de novos “consumidores”. Hoje, é celebrada a ampliação do número de frequentadores de centros como o Itaú Cultural e a Casa das Rosas, além de fazer parte da programação dos domingos as atrações musicais promovidas pela Fiesp¹¹, intitulada Domingo na Paulista. Também como parte deste contexto, a promoção do recente evento Paulista Cultural, inspirado no *Museum Mile*¹² de Nova York, ofereceu aos visitantes atividades gratuitas, como oficinas, shows e exposições nos Museus e espaços de cultura ao longo da Avenida.

De fato, os agentes atuantes neste processo e os proveitos resultantes podem ser múltiplos e heterogêneos. No entanto, interessa-nos aqui, além de compreender as diversas forças e dinâmicas empreendidas na conquista destes espaços, problematizar o lugar do Estado na efetiva construção e manutenção das políticas públicas e questionar a legítima participação da sociedade civil nos processos de produção de cidade.

4. DISPUTA DE PODER | O LUGAR DO ESTADO E CIDADE NEOLIBERAL

A partir das sobreposições de forças, agentes e interesses distintos elucidados nos exemplos descritos, e a fim de dar seguimento a problematização levantada por Dagnino (2004) em relação à disputa político cultural entre dois projetos distintos de governo, partimos em busca de reflexões que insiram o lugar do Estado em discussões sobre urbanismo tático e a atuação dos coletivos ativistas.

Apesar da associação entre financeirização, Estado e planejamento urbano ainda nos levar a reflexões acerca do Planejamento Estratégico¹³, que por sua vez carrega a lógica neoliberal na maneira como submete as cidades às mesmas condições e desafios que as empresas, e que ainda é uma realidade nas plataformas de governo de inúmeras cidades brasileiras, a discussão sobre a mercantilização da vida e a constatação do estreitamento da relação entre capital e produção de cidade não cessa nos moldes da

¹¹ Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2016/02/1741137-polemico-fechamento-da-paulista-para-carros-conquista-apoio-de-moradores.shtml>> Acesso em 02 de mar. 2018.

¹² *Museum Mile* é um festival que acontece na Quinta Avenida de Nova York anualmente, em que os museus e casas culturais oferecem programações gratuitas aos visitantes, além de promoverem atividades musicais e artísticas ao longo da rua.

¹³ “O plano estratégico de desenvolvimento, experimentado pela cidade de Barcelona, em vias da realização dos Jogos Olímpicos de 1992, instaurou um modelo de gestão urbana copiado e editado, e também criticado em todo o mundo não apenas pelas mudanças físicas na paisagem e vida urbana, mas principalmente por seus efeitos sociais” - retirado de Verbete da Cronologia do Pensamento Urbanístico, disponível em: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1267&langVerbete=pt>. Acesso em 09 de mar. 2018.

cidade pátria-empresa-mercadoria¹⁴. Mas diante da complexa teia de relações entre capital e Estado, entender as caixinhas de conceito e as reflexões sobre processos urbanos já consolidados pode contribuir na percepção do avanço do projeto neoliberal na disputa pelo lugar do Estado a partir da constatação de manobras inéditas ou das principais diferenças discursivas entre processos distintos.

A cartilha¹⁵ do Planejamento Estratégico regulamenta o papel de cada uma das esferas envolvidas no processo de urbanização das cidades: a iniciativa privada surge como provedora de recursos e balizadora das intenções; o Estado assume o papel de gerir tais parcerias e tirar o máximo proveito delas; e da sociedade civil se espera a confirmação do sucesso do projeto por meio da conquista de um amplo “consenso cidadão”, atribuindo à participação popular a função de legitimação de interesses maiores.

Ainda que, o Planejamento Estratégico tenha sido construído com o intuito de “ocupar o trono deixado vazio pela derrocada do tradicional padrão tecnocrático-centralizado-autoritário” (VAINER, 2000) de planejamento urbano e que as parcerias público-privada garantam ao mercado poder de decisão sobre os espaços públicos, o discurso pregado todavia assegura ao Estado um lugar de gestão e operação das manobras estratégicas.

Com o avançar das fases e a conformação da lógica que passa ao urbanismo tático a vez na partida, esbarramos em uma mudança significativa na leitura das regras do jogo. Concede-se, agora, certa vantagem a atuação da sociedade civil por meio de um persistente discurso de desvalorização do Estado e da necessidade de recuperação do processo “frustrado e frustrante”¹⁶ de participação pública. E a sensação de crise econômica e política instaurada empodera, para usar a palavra do momento, uma classe média engajada enquanto mune o mercado com cartas coringa.

O pressuposto para o surgimento do urbanismo tático que fundamenta a atuação dos coletivos ativistas nas ruas e nos espaços públicos é a total incapacidade do Estado em atender as necessidades de seus habitantes. A lógica máxima do “faça-você-mesmo” não só admite a falência da gestão pública como também justifica a tomada de responsabilidade urbana por parte da sociedade civil e do mercado. Aqui, diferente do Planejamento Estratégico, a tarefa de firmar alianças e o poder de decisão sobre o espaço público é aparentemente entregue à sociedade civil, através de um discurso de “propósito comum”.

Em “A nova razão do mundo”, Pierre Dardot e Christian Laval atribuem parte do sucesso e do predomínio do neoliberalismo enquanto sistema normativo dotado de certa eficiência, à capacidade de “orientar

¹⁴ Em referência a célebre crítica “Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano” de Carlos Vainer, publicada em “A cidade do pensamento único: desmanchando consensos” em 2000, escrito em conjunto com Otília Arantes e Ermínia Maricato.

¹⁵ Em referência a “As Cidades e o Planejamento Estratégico: uma Reflexão Europeia e Latino-Americano” de Jordi Borja, publicado em 1996, em que o autor descreve o passo-a-passo na implantação do modelo Planejamento Estratégico na América Latina.

¹⁶ Em referência a trecho do prólogo de Andrés Duany - “*The frustrated and frustrating process of public participation begins skeptically and tentatively and then picks up as confidence is reestablished with Tactical Urbanist demonstrations*” - retirado do prefácio do livro *Tactical Urbanism: Short-term Action for Long-term Change* de 2015.

internamente a prática efetiva dos governos e das empresas e, para além deles, de milhões de pessoas que não tem necessariamente consciência disso” (DARDOT, LAVAL, 2016, p.15).

Em um movimento de produção de subjetividades que estende fundamentos como a racionalidade e a competitividade a uma maneira de viver e de agir do indivíduo, o neoliberalismo visa obter um autogoverno do governado, isto é, produzir certo tipo de relação deste consigo mesmo.

Assim governar é conduzir a conduta dos homens, desde que se especifique que essa conduta é tanto aquela que se tem *para consigo mesmo* quanto aquela que se tem para com os outros. É nisto que o governo requer liberdade como condição de possibilidade: governar não é governar *contra* a liberdade ou *a despeito* da liberdade, mas governar *pela* liberdade, isto é, agir ativamente no espaço de liberdade dado aos indivíduos para que esses venham a conformar-se por si mesmos a certas normas (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 18-19, grifos dos autores).

O neoliberalismo compreende o empoderamento da sociedade civil e a motivação dessas “milhões de pessoas” com as possibilidades de liberdade e de autogoverno como estratégia na disputa pelo lugar do Estado. As ações da sociedade civil que lhe convém são mantidas e tem sua existência permitida, a exemplo da regulamentação dos *parklets* e da consolidação da Paulista Aberta na capital paulista.

Dardot e Laval contribuem ainda mais diretamente com a nossa tentativa de reflexão política sobre a disputa pelo lugar do Estado, ao refutar análises simplistas que afirmam ser inerente ao projeto neoliberal a “retirada do Estado” diante do mercado, já que esta oposição – mercado *versus* Estado – costuma aparecer como um dos obstáculos à caracterização exata do neoliberalismo. Foram “antes os Estados e os mais poderosos em primeiro lugar, que introduziram e universalizaram na economia, na sociedade e até neles próprios a lógica da concorrência e o modelo de empresa” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 19).

O enfraquecimento do Estado se dá internamente através de uma plataforma de governo de Estado mínimo em que, além de um repasse da responsabilidade pública a sociedade civil e ao mercado, renova a maneira de lidar com noção de “público” e de bem comum, reforçando tendências desigualitárias e renovando a noção de democracia em uma ideia bastante particular que muito deriva de um “*antidemocratismo*: o direito privado deveria ser isentado de qualquer deliberação e qualquer controle, mesmo sob a forma do sufrágio universal” (DARDOT, LAVAL, 2016, p.8).

5. MARGENS DE MANOBRA | CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Na ausência de margens de manobra, o confronto político com o sistema neoliberal enquanto tal é *inevitável*. Mas esse confronto também é problemático, porque é difícil reunir as condições em que ele se dá” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 8). Sabe-se da dificuldade em lidar com um sistema que de tudo se apropria e em que tudo vê vantagem, e pode parecer não valer a pena lutar se até mesmo a resistência já aparece no discurso e nas ações daqueles que promovem a desigualdade, a competição e o consumo.

É por isso e por outros motivos que a reflexão e questionamento crítico acerca da complexidade da produção da cidade contemporânea se faz necessária, quais sejam os vínculos e atores envolvidos nos mais diversos campos de atuação. Desconfiar de discursos amplamente afirmativos e de ações

participativas em espaços públicos repletas de boas intenções, que apesar do intuito genuíno de criar ambientes decentes de socialização nas cidades, por exemplo, acabam internalizando agendas políticas de privilégio para poucos e contribuindo para o avanço do neoliberalismo no cotidiano das cidades.

Sobretudo cabe atentar também ao contexto político em que cada ação ou intervenção no espaço público se dá, percebendo as particularidades das dinâmicas de cada caso. É importante ter a consciência de que em um processo de imbricamento de lógicas opostas, ambos os lados da disputa são potentes, e que apesar do risco de adentrar em campos adversários, a possibilidade de transformação é real e deve ser encorajada.

Mesmo com o evidente imbricamento das lógicas, são inúmeros os exemplos de coletivos ativistas e organizações que se dedicam a um enfrentamento ao avanço neoliberal no espaço urbano, recusando associações ao mercado e questionando as atuações do poder público. Os movimentos como o “Ocupa Parque Augusta” em São Paulo no ano de 2015, e “Ocupe Estelita”¹⁷ no Recife em 2014, além de outras ocupações semelhantes espalhadas pelo país, foram significativas ações da sociedade civil que tiveram importante repercussão e mostraram possibilidades potentes de participação.

Neste sentido, as possibilidades de transformação no fazem perceber que até mesmo a crítica, por vezes, precisa esperar ou ser dosada, em um movimento de precaução, evitando que seja ela também usada a favor daquilo a que não se destina. No entanto, em um contexto político marcado por contradições e lógicas que operam através da sobreposição de outras lógicas, colocar-se em constante questionamento assume uma posição de desafio. E seguir desafiando, experimentando e descobrindo formas outras de enfrentar o sistema pode ser de fato fazer uso da tática na tentativa de construir outras margens de manobra possíveis.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Otilia B. F. Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos Bernardo; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRENNER, Neil. Seria o "urbanismo tático" uma alternativa ao urbanismo neoliberal? **E-metropolis**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 27, p.6-18, dez. 2016. Disponível em: <http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/027/original/emetropolis27.pdf?1485998410>. Acesso em: 10 jan. 2018.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?. In: GARCIA, Illia e MATO, Daniel (coords.). **Políticas de Ciudadania y Sociedad Civil en Tiempos de Globalización**. Caracas: UCV, 2004.

¹⁷ Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/30/opinion/1448840154_656256.html> Acesso em 16 de mar. 2018.

DARDOT, Pierre.; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

GOHN, Maria da Glória. Associativismo civil e movimentos sociais populares em São Paulo. **Ciências Sociais Unisinos**. São Leopoldo, v. 44, n. 2, p. 130-138, mai./ago., 2008.

_____. Sociedade Civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs. **Meta: Avaliação**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 238-253, mai./ago., 2013

HARVEY, David. **A crise da urbanização planetária**. 2015. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2015/01/10/david-harvey-a-crise-da-urbanizacao-planetaria/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

LYDON, Mike, & GARCIA, Antony. **Tactical Urbanism vol. 1: Short-term Action for Long-term Change**. Washington: Island Press, 2011.

ROLNIK, Raquel. Sobre Minhocão e parques. **Blog da Raquel Rolnik**, 2014. Disponível em <https://raquelrolnik.wordpress.com/2014/10/06/sobre-minhocao-e-parques/>. Acesso em: 21 de dez. 2017.

_____. Lições do High Line park. **Blog da Raquel Rolnik**, 2015. Disponível em <https://raquelrolnik.wordpress.com/2015/11/03/licoes-do-high-line-park/>. Acesso em: 21 de dez. 2017.

_____. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **Espaço público e a cidade que queremos**. São Paulo, 2016.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes e movimentos sociais projetando o futuro. **Revista Brasileira de Sociologia**. V. 1, n. 1, jan./jul., 2013

SOUZA, Angela Gordilho. Existem ONGs, ONGs e ONGs: perspectivas de novas práticas socioespaciais relacionadas à questão da habitação. **Revista Pós**. São Paulo, n.7, p. 121-137, 1998.

TEIXEIRA, Ana Claudia C., DAGNINO, Evelina e SILVA, Carla Cecília Almeida. La Constitución de La Sociedad Civil en Brasil. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedad Civil, Espacios Públicos y Democratización: Brasil**. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.